

Alerta Legislação nº 19, de 04 a 09 maio 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.355, DE 4 DE MAIO DE 2026

Institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil, dispõe sobre a transferência de recursos ao Fundo de Garantia de Operações, e altera a [Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009](#), a [Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022](#), a [Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022](#), a [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#), a [Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001](#), a [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), e a [Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003](#)

LEI Nº 15.399, DE 4 DE MAIO DE 2026

Altera a [Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003](#), para dispor sobre o recebimento dos pedidos de pagamento e da identificação dos beneficiários; estabelece regras de preservação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e dá outras providências.

LEI Nº 15.398, DE 30 DE ABRIL DE 2026

Institui o Programa Antes que Aconteça.

LEI Nº 15.397, DE 30 DE ABRIL DE 2026

Altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), a fim de majorar as penas previstas para os crimes de furto, roubo, estelionato, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, bem como para tipificar os crimes de receptação de animal doméstico e de fraude bancária.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

08/05/2026
(Ed. extra)

LEI Nº 15.402, DE 8 DE MAIO DE 2026

Altera a [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#) (Lei de Execução Penal) e o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal).

08/05/2026	<p><u>DECRETO Nº 12.962, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 3.213, de 19 de outubro de 1999, para dar nova denominação ao Comando Militar do Norte com jurisdição sobre o território da 8ª Região Militar.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.961, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a Medalha Mérito Francisco Braga e altera o Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956, que regula o uso das condecorações nos uniformes militares.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.958, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Promulga o Acordo sobre Facilitação do Comércio do Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai, em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.</p>
06/05/2026	<p><u>LEI Nº 15.400, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.957, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.956, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 12.381, de 11 de fevereiro de 2025, para prorrogar os prazos e autorizar medidas adicionais de regularização de operações de crédito rural abrangidas pelo Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar - Desenrola Rural, e o Decreto nº 8.179, de 27 de dezembro de 2013, que concede remissão nos casos em que especifica, e autoriza a contratação de novas operações de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.</p>
05/05/2026	<p><u>LEI Nº 15.399, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre o recebimento dos pedidos de pagamento e da identificação dos beneficiários; estabelece regras de preservação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e dá outras providências.</p>
04/05/2026 (Ed. extra)	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.356, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 305.000.000,00, para o fim que especifica.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.355, DE 4 DE MAIO DE 2026</u></p>

	<p>Institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil, dispõe sobre a transferência de recursos ao Fundo de Garantia de Operações, e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.</p>
<p>04/05/2026</p>	<p><u>LEI Nº 15.398, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Institui o Programa Antes que Aconteça.</p> <p><u>LEI Nº 15.397, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de majorar as penas previstas para os crimes de furto, roubo, estelionato, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, bem como para tipificar os crimes de receptação de animal doméstico e de fraude bancária.</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 139</u> Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.341, de 12 de março de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o prazo de isenção, redução ou suspensão de tributos previstos nos regimes aduaneiros especiais de drawback no caso de importação de cacau", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 4 de maio de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 29, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário no território nacional por produtores e importadores de óleo diesel, dispõe sobre o imposto de</p>

exportação sobre óleo diesel e altera a [Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999](#)", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 4 de maio de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.339, de 8 de março de 2026](#), publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no dia 9, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 266.512.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 4 de maio de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.338, de 6 de março de 2026](#), publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, e retificada no dia 10, do mesmo mês e ano, que "Institui Apoio Financeiro destinado às famílias residentes em áreas efetivamente atingidas que tiveram dano material ou perda de bens nos Municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 4 de maio de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a [Medida Provisória nº 1.337, de 6 de março de 2026](#), publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a utilização do superávit financeiro do Fundo Social de que trata a [Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010](#), para disponibilização de linhas de financiamento para pessoas físicas ou jurídicas afetadas pelos eventos climáticos ocorridos, em fevereiro e março de 2026, nos Municípios que tiveram estado de

	<p>calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 4 de maio de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 25, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.324, de 6 de novembro de 2025, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$ 230.380.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 16 de abril de 2026. Brasília, 4 de maio de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE) <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u> Fixa a meta de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE, a ser cumprida pelos agentes obrigados no mercado de gás natural por meio da participação do biometano no consumo do gás natural.</p> <p>SECRETARIA-GERAL (SG) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL SG-PR/MEC/MDS Nº 213, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Institui a Plataforma Juventude Solidária e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Cultura</p>	<p>INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM) <u>PORTARIA IBRAM Nº 4.038, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Cria, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, a Comissão de Apoio à formulação da Política Nacional de Diversidade e Ações Afirmativas para Museus e Pontos de Memória, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.</p> <p><u>PORTARIA IBRAM Nº 4.037, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Institui o Programa Pontos de Memória, cria o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, o Cadastro Nacional de Pontos de Memória e a Comissão de Certificação de Pontos de Memória, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>COMANDO DA MARINHA (CM) ↳ Diretoria-Geral de Navegação (DGN) ↳ ↳ Diretoria de Portos e Costas (DPC)</p>

	<p><u>PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 204, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Aprova as Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-311/DPC.</p> <p>COMANDO DO EXÉRCITO ↳ Comando Logístico (COLOG) <u>PORTARIA COLOG/C EX Nº 290, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Aprova as normas reguladoras do exercício de atividades com veículos automotores blindados, blindagens balísticas e o Sistema de Controle de Veículos Automotores Blindados e Proteções Balísticas.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEC Nº 373, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Reinstitui o Grupo de Trabalho Técnico com a finalidade de elaborar estudos, debates e propostas com vistas a subsidiar a implementação de política educacional voltada ao enfrentamento do <i>bullying</i>, do preconceito e da discriminação na educação, criado pela Portaria MEC nº 614, de 1º de julho de 2024.</p> <p>FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES <u>PORTARIA CAPES Nº 192, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Institui o Prêmio Anísio Teixeira no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES</p> <p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) ↳ Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 8, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre as diretrizes, os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Equidade, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.</p>
<p>Ministério da Fazenda</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA MF Nº 1.243, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Regulamenta a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, que institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil, para estabelecer condições adicionais às modalidades de crédito pessoal elegíveis, critérios para participação de credores, condições para utilização dos recursos de saque extraordinário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, critérios para operações de crédito reestruturadas, normas operacionais relativas à transferência de recursos ao Fundo Garantidor de Operações - FGO, e regras para alocação no Programa dos recursos do FGO.</p> <p>CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 20, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Resolução Conjunta nº 8, de 21 de dezembro de 2023, que dispõe sobre medidas de educação financeira a serem</p>

	<p>adotadas por instituições financeiras, instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.301, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Resolução CMN nº 5.209, de 30 de abril de 2025, que estabelece os encargos financeiros, os prazos de financiamento e as comissões devidas pelo tomador de financiamento, a título da administração e risco das operações de financiamento com recursos do Fundo Social destinadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.300, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras aplicáveis às linhas de financiamento para aquisição dos itens de que trata o art. 3º da Medida Provisória nº 1.353, de 30 de abril de 2026.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.299, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação dos direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros, de que trata a Lei nº 15.252, de 4 de novembro de 2025.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 13, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p>SECRETARIA DE PRÊMIOS E APOSTAS <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SPA/MF Nº 3, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos agentes operadores de apostas de quota fixa para impedir o cadastro ou o uso dos sistemas de apostas por pessoas beneficiárias do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil, nos termos do art. 8º, caput, inciso IX, da Portaria SPA/MF nº 1.231, de 31 de julho de 2024.</p> <p><u>PORTARIA SPA/MF Nº 1.237, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Portaria SPA/MF nº 1.231, de 31 de julho de 2024, para incluir hipótese de vedação da participação nas apostas de quota fixa de beneficiário do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026.</p>
<p>Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</p>	<p>SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS <u>PORTARIA SGP/MGI Nº 3.887, DE 6 DE MAIO DE 2026</u> Divulga o valor do menor e maior vencimento básico da Administração Pública Federal, para efeito de pagamento de Auxílio-Natalidade e da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec).</p>

<p>Ministério da Previdência Social</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 204, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraído nos benefícios pagos pelo INSS.</p> <p>↳ Diretoria de Tecnologia da Informação <u>PORTARIA DTI/DIRBEN/INSS Nº 156, DE 28 DE ABRIL DE 2026</u> Dispõe sobre a instituição do sistema INSS Empresa</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 10.998, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Institui a Comissão Técnica de Assessoramento para Regulamentação do Exercício Profissional de Acupuntura - CTRA, no âmbito do Ministério da Saúde.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 440, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a composição das vacinas influenza sazonais a serem utilizadas no Brasil.</p> <p><u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.022, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Resolução da Diretoria Colegiada nº 997, de 7 de novembro de 2025, que dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para a otimização da fila de análise de anuência em pesquisa clínica e de pedidos de registro e pós-registro de medicamentos e produtos biológicos, com vistas à redução do passivo regulatório, e dá outras providências.</p> <p>↳ 4ª Diretoria ↳ ↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.843, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.834, DE 05 DE MAIO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.809, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...)</p>

	<p>SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>RESOLUÇÃO Nº 564, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre avaliação de desempenho anual dos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>INSTITUTO RIO BRANCO → Divisão de Atos Internacionais <u>ENTENDIMENTO POR TROCA DE NOTAS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA ISENÇÃO DE VISTOS, POR RECIPROCIDADE, A CIDADÃOS CHINESES</u> (...)</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>	<p>CÂMARA TÉCNICA DE DESTINAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS RURAIS <u>RESOLUÇÃO Nº 29, DE 28 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Resolução nº 7, de 22 de fevereiro de 2024, que aprova a indicação e a destinação de terras públicas federais ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, para fins de elaboração de estudos para identificação da modalidade de destinação adequada e para concessão florestal.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</p>	<p>COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIT) <u>RESOLUÇÃO CIT Nº 38, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Pactua os valores e critérios de priorização para a transferência de recursos do Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS) aos municípios elegíveis para o exercício de 2026, conforme disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.</p> <p>SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SAGICAD Nº 21, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Estabelece as regras e orientações técnicas sobre Cadastro Domiciliar para fins de inclusão e atualização de dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.</p> <p>SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 54/SENARC/MDS, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Estabelece e divulga os procedimentos operacionais relativos ao desligamento voluntário de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MDIC Nº 121, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Regulamenta o Capítulo III da Medida Provisória nº 1.353, de 30 de abril de 2026, que autoriza a destinação de recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a pessoas</p>

	físicas ou jurídicas de direito privado para aquisição de caminhões, caminhões-tratores, ônibus, micro-ônibus ou implementos rodoviários.
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MEMP/MF Nº 1, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a regulamentação das operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe e do Procred 360, com impactos no FGO, nos termos da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020 , alterada pela Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026 .
Ministério do Esporte	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MESP Nº 45, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Institui o Comitê Interno para promoção da Semana Nacional do Esporte.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO Nº 17, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE, a política de dados e a publicação dos resultados (processo ICMBio nº 02070.020236/2025-21).
Ministério do Planejamento e Orçamento	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 313, DE 6 DE MAIO DE 2026</u> Estabelece diretrizes para a alocação de recursos em contratos de concessão ferroviária, visando ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente e sustentável. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 161, DE 6 DE MAIO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde; e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 1.300.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 154, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Reabre, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial, no valor de R\$ 1.000.000,00, aberto pela Lei nº 15.313, de 22 de dezembro de 2025 .
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 807, DE 6 DE MAIO DE 2026</u>

	<p>Institui o Comitê Intersetorial da Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital, e dispõe sobre sua composição, competências, funcionamento, mecanismos de participação social e instrumentos de planejamento.</p> <p>SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ ↳ Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ <u>RESOLUÇÃO Nº 5 - CNLGBTQIA+, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> (*) Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Conselhos dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ no âmbito da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 81, de 4-5-2026, Seção 1, pág. 33, com incorreção no original.</p>
<p>Ministério dos Transportes</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 309, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Institui a Política Nacional de Gestão de Obras de Arte Especiais em rodovias federais no âmbito do Ministério dos Transportes e de suas entidades vinculadas.</p> <p><u>PORTARIA Nº 308, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> CRIA O PROGRAMA NACIONAL DE MANUTENÇÃO E Modernização de Obras de Arte Especiais - OAEs em rodovias federais.</p> <p><u>PORTARIA Nº 305, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Cria o Programa Nacional de Substituição de Pontes de Madeira em rodovias federais sob gestão direta.</p> <p><u>PORTARIA Nº 300, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Institui no âmbito do Ministério dos Transportes a identidade visual da Rede de Acolhimento às vítimas de assédio e discriminação; e estabelece diretrizes para sua utilização.</p>
<p>Banco Central do Brasil (BCB)</p>	<p>ÁREA DE REGULAÇÃO <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 567, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre as medidas de assessoramento e de informações mínimas ao cliente pessoa natural de operações de crédito de que trata a Lei nº 15.252, de 4 de novembro de 2025, por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p><u>RESOLUÇÃO BCB Nº 566, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares pelas instituições financeiras, instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a portabilidade salarial.</p> <p><u>RESOLUÇÃO BCB Nº 565, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Resolução BCB nº 51, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece procedimentos para autorização e cancelamento de autorização de débitos em conta.</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO BCB Nº 564, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre as características e os requisitos para contratação de operações de crédito na modalidade especial de crédito com juros reduzidos de que trata a Lei nº 15.252, de 4 de novembro de 2025.</p> <p><u>RESOLUÇÃO BCB Nº 563, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Regulamenta a abertura e a manutenção, pelo Banco Central do Brasil, de contas de depósito em reais de titularidade de organismos internacionais e de bancos centrais estrangeiros, nos termos da Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021.</p> <p><u>RESOLUÇÃO BCB Nº 562, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Resolução BCB nº 264, de 25 de novembro de 2022, que dispõe sobre o registro de recebíveis decorrentes de transações no âmbito de arranjo de pagamento baseado em conta pós-paga e de depósito à vista integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro, para alterar procedimentos relativos ao cancelamento de antecipação pré-contratada.</p> <p><u>RESOLUÇÃO BCB Nº 561, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Resolução BCB nº 277, de 31 de dezembro de 2022, que regulamenta a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para aprimorar os dispositivos relativos ao serviço de pagamento ou transferência internacional - eFX.</p> <p>– Departamento de Regulação do Sistema Financeiro <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 732, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Carta Circular nº 4.001, de 29 de janeiro de 2020, que divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento ao terrorismo, previstos na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), e divulga decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre saques em espécie de valores provenientes de emendas parlamentares.</p>
<p>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</p>	<p>CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO CFM Nº 2.455, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre as normas técnicas necessárias para avaliação, tratamento e seguimento de pacientes com distúrbios do desenvolvimento sexual.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO (CFN) <u>RESOLUÇÃO CFN Nº 857, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a suspensão parcial de dispositivos das Resoluções CFN nº 789, de 13 de setembro de 2024, e nº 790, de 13 de setembro de 2024, no âmbito da atuação em Alimentação e Nutrição no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e no Ambiente Escolar das Escolas Federais.</p>

SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
06/05/2026	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1442, DE 05 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 1.120, de 29 de junho de 2010, que instituiu o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.</p> <p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1441, DE 05 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 1.111, de 25 de maio de 2010, que instituiu o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.</p> <p><u>LEI Nº 18.448, DE 05 DE MAIO DE 2026</u> Denomina "Paulo Norberto Arruda de Paula" o Núcleo de Perícias Médico-Legais de São José do Rio Preto.</p> <p><u>DECRETO Nº 70.570, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Disciplina o procedimento para reconhecimento do domínio do Estado ou de Municípios paulistas de trechos de malha viária, em razão da respectiva afetação.</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP Nº 23, DE 6 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a divulgação da Nota Técnica de Apuração dos Resultados, da Bonificação por Resultados, para o exercício de 2025, da Secretaria da Administração Penitenciária, e dá providências correlatas</p>
Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SEMIL Nº 2, DE 29 DE ABRIL DE 2026</u> Estabelece procedimentos para a emissão de autorização para o emprego de fogo, mediante queima controlada, em práticas agrícolas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAA Nº 27, DE 29 DE ABRIL DE 2026</u> Dispõe sobre os procedimentos para arrecadação da taxa de vigilância epidemiológica, mediante atualização semestral dos estoques de rebanhos bovídeos do Estado de São Paulo, destinada ao Fundo de Defesa Estadual da Sanidade Animal para a Pecuária – FUNDESA-PEC, e dá outras providências correlatas.</p>

<p>Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (SCEIC)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 27 DE ABRIL DE 2026</u> Dispõe sobre a normatização e o estabelecimento de diretrizes gerais a serem observadas pelas Organizações Sociais de Cultura contratadas no âmbito das atividades de comunicação institucional, imprensa e <i>marketing</i>, em articulação com a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas.</p>
<p>Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)</p>	<p>CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>PORTARIA Nº 06, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Dispõe sobre os critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento estadual dos Benefícios Eventuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>
<p>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</p>	<p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 51, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Portaria Normativa DETRAN-SP nº 46, de 20 de outubro de 2025, que dispõe sobre a realização de leilões de veículos pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo.</p> <p>SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP Nº 11, DE 29 DE ABRIL DE 2026</u> Estabelece os procedimentos para a análise de pedidos de dispensa de reposição de valores relativos a pagamentos indevidos decorrentes de erro da Administração e dá outras providências.</p>
<p>Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>PORTARIA CONJUNTA SPI/SEMIL/ARTESP Nº 04, DE 28 DE ABRIL DE 2026</u> Institui o Programa de Prevenção, Preparação, Monitoramento e Combate a Incêndios em Rodovias no Estado de São Paulo (PPMCI) e dá outras providências.</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 26, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Institui o Programa “Inova Servidor” para fomentar o desenvolvimento de atividades de investigação e pesquisa aplicada por parte dos servidores públicos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo</p>
<p>Secretaria da Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 79, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Institui a estrutura e organiza as diretrizes de atuação da Unidade de Corregedoria – UNICOR no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e dá providências correlatas.</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 78, DE 4 DE MAIO DE 2026</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas.</p>
<p>Secretaria da Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP- 24, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Aprova e divulga o Plano Estadual de Combate à Violência contra a Mulher no âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA ↳ Gabinete do Reitor (GR) <u>PORTARIA GR Nº 9093, DE 5 DE MAIO DE 2026</u> Institui o Programa de Apoio às Pesquisas do Centro USP-China, vinculado à Reitoria, com a concessão de bolsas de pós-doutorado nos termos da Resolução nº 8241, de 26 de maio de 2022.</p> <p><u>PORTARIA GR Nº 9092, DE 30 DE ABRIL DE 2026</u> Dispõe sobre o inventário permanente do patrimônio cultural da Universidade de São Paulo, mantido pelo Centro de Preservação Cultural - Casa de Dona Yayá.</p>
<p>Ministério Público do Estado (MPE)</p>	<p>GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (PGJ) <u>RESOLUÇÃO Nº 2290/2026-PGJ, DE 7 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Incentivo em Práticas Autocompositivas de Infância e Juventude - NUIPA Cível Bebedouro.</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>08/05/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI Nº 438/2026, DE 08/05/2026</u> Altera a Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, para conceder isenção aos motofretistas profissionais regularmente inscritos, nas condições que especifica.</p>
<p>07/05/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 434/2026, DE 07/05/2026</u> Institui a Política Estadual de Atenção às Pessoas com Doenças Raras no Estado de São Paulo e estabelece diretrizes para sua implementação.</p>

	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 432/2026, DE 07/05/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir o Auxílio-Fardamento destinado aos policiais militares da ativa da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 431/2026, DE 07/05/2026</u> Dispõe sobre o acompanhamento por doulas e sobre a disponibilização do serviço em equipamentos de saúde públicos.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 430/2026, DE 07/05/2026</u> Estabelece a obrigatoriedade de instalação de dispositivos GPS em cães de resgate.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 429/2026, DE 07/05/2026</u> Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio, inclusive no sistema de livre passagem (<i>free flow</i>), aos oficiais e às oficiais de justiça, quando no exercício da função, utilizando veículos particulares, no âmbito do Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 428/2026, DE 07/05/2026</u> Institui o Centro de Informações Turísticas Regional do Estado de São Paulo – CITUR, na região do Vale do Paraíba, com a finalidade de promover, integrar e fortalecer o turismo regional.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 427/2026, DE 07/05/2026</u> Cria o Programa Estadual de Aquisição de Fardamento da Polícia Militar do Estado de São Paulo, denominado “Farda Nova SP”, e dá providências correlatas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 425/2026, DE 07/05/2026</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de prévia comunicação aos pais ou responsáveis acerca de atividades pedagógicas que abordem temas relacionados a gênero, bem como sobre a manifestação de vontade quanto à participação de alunos, no âmbito do Estado de São Paulo.</p>
<p>06/05/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 424/2026, DE 06/05/2026</u> Autoriza a criação do Plano Estadual São Paulo contra o Femicídio, cria o Observatório Estadual da Violência contra a Mulher, estabelece o Sistema de Monitoramento Georreferenciado de Agressores, detalha eixos intersetoriais de proteção e institui o Comitê de Governança do Plano Estadual, e dá outras providências</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 422/2026, DE 06/05/2026</u> Reconhece o casamento civil celebrado em cerimônias religiosas da Umbanda e do Candomblé, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 421/2026, DE 06/05/2026</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de aceitação de meios de pagamento eletrônico — cartão de débito, cartão de crédito, dinheiro virtual e instrumentos similares — nas linhas de ônibus urbanos no Estado de São Paulo, e dá outras providências</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 420/2026, DE 06/05/2026</u></p>

	<p>Dispõe sobre a concessão de espaços em estações de trem, metrô e terminais rodoviários estaduais para a comercialização de produtos da agricultura familiar a preços acessíveis, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 418/2026, DE 06/05/2026</u> Altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, a Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974, que institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas, e a Lei Complementar nº 367, de 14 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a licença por adoção ou guarda judicial para fins de adoção, e dá providências correlatas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 416/2026, DE 06/05/2026</u> Altera, para punir os casos de denúncia falsa, a Lei nº 10.948, de 05 de novembro de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências; Lei nº 14.187, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial; e Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021, que consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher.</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6/2026, DE 06/05/2026</u> Institui o "Prêmio Adelaide José Vaz".</p>
<p>05/05/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 415/2026, DE 05/05/2026</u> Institui o Programa Bolsa Monitoria - PBM-FAMEMA, voltado aos estudantes de graduação da Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 414/2026, DE 05/05/2026</u> Dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Sub-bacia Hidrográfica do Alto Juquiá/São Lourenço, suas Áreas de Intervenção, respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesse regional para a proteção e recuperação dos mananciais, e dá providências correlatas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 413/2026, DE 05/05/2026</u> Dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Sub-bacia Hidrográfica do Jaguari, suas Áreas de Intervenção, respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesse regional para a proteção e recuperação dos mananciais, e dá providências correlatas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 411/2026, DE 05/05/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir programa de cooperação com Municípios não contemplados com Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), visando à disponibilização de viaturas especializadas e ao reforço do atendimento às ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 410/2026, DE 05/05/2026</u></p>

	<p>Estabelece medidas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher e ao feminicídio no Estado de São Paulo, com enfoque na mitigação de fatores de risco e na promoção da autonomia socioeconômica, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 409/2026, DE 05/05/2026</u> Dispõe sobre a vedação à prorrogação e renovação automática de contratos de consumo celebrados por meio eletrônico sem notificação prévia e anuência expressa do consumidor, e estabelece medidas de proteção e sanções administrativas no âmbito do Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 408/2026, DE 05/05/2026</u> Dispõe sobre a imposição de sanções administrativas e pecuniárias aos agressores de mulheres e autores de feminicídio no Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5/2026, DE 05/05/2026</u> Institui a "Medalha Paulista de Honra ao Mérito Agropecuário", a ser concedida anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>
<p>04/05/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 407/2026, DE 04/05/2026</u> Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2027.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 405/2026, DE 04/05/2026</u> Dispõe sobre os centros de saúde estética no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 404/2026, DE 04/05/2026</u> Altera a <u>Lei nº 17.832, de 1º de novembro de 2023</u>, que consolida a legislação relativa à defesa do consumidor.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 402/2026, DE 04/05/2026</u> Reconhece manifestações culturais, históricas e tradicionais associadas ao legado de São Frei Galvão como de relevante interesse cultural no Estado de São Paulo, declara São Frei Galvão Patrono do Município de Guaratinguetá e identifica o referido Município como sua principal referência histórica.</p>
<p>Publicação TCE</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)</p>
<p>07/05/2026</p>	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 10.704/2025</u> Institui edital voltado aos municípios do Estado de São Paulo para incentivo à criação, elaboração, implementação e avaliação dos Planos Municipais da Primeira Infância, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo</p>

<p>05/05/2026</p>	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 22/2026</u> Levantamento nacional acerca das políticas públicas voltadas à primeira infância – prorrogação de prazo - 15.05.2026 (...)</p> <p><u>COMUNICADO SDG Nº 21/2026</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da <u>Lei Complementar 709, de 1993</u>, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal: (...)</p>
<p>04/05/2026</p>	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 19/2026</u> 2º Diagnóstico da Aderência ao Sistema Audep Fase V – Módulo de Prestação de Contas O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA que os órgãos jurisdicionados que realizam repasses de recursos ao Terceiro Setor deverão, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados a partir da presente publicação, proceder ao preenchimento do Questionário para o 2º Diagnóstico da Aderência ao Sistema Audep Fase V – Módulo de Prestação de Contas , que tem como finalidade avaliar o nível de preparo quanto ao envio de informações referentes aos instrumentos celebrados com as entidades sem fins lucrativos</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>